

# E a saída de emergência?

Começa a crescer no PDS a preocupação pelos possíveis efeitos indiretos da última reforma eleitoral.

Em primeiro lugar, os custos das campanhas. Em média um deputado federal gastará uns cinquenta milhões de cruzeiros. Um candidato a governador, embora favorito, já anunciou que sua eleição irá a um trilhão de cruzeiros.

O vereador, em geral cabo eleitoral dos cabos eleitorais, vai cobrar também seu preço. Agora a eleição depende dele, mais do que nunca. É ele o líder importante, à porta de quem vai ter de bater o deputado federal e o próprio governador, passando pelo senador.

Em segundo lugar, por terem-se municipalizado, os votos do PDS poderão ser mais anulados, por erro dos eleitores, no interior que nas grandes cidades. Nestas predominará um eleitorado jovem e predisposto à impaciência da renovação, gente melhor qualificada intelectualmente, menos provável de equivocar-se na escolha da nova e longa chapa única.

A urbanização está passando despercebida. Bastará a vitória na capital, municípios adjacentes e algumas cidades grandes do interior, para estabelecer-se uma margem dificilmente superável.

Em terceiro lugar, tende a retornar o caráter plebiscitário que tanto se lutou por superar, se houver fusão ou, pelo menos, acordos abertos ou velados entre PMDB e PP. Não faltarão candidatos **kamikazes** dispostos a desviar a atenção das campanhas do PDS, diante dos candidatos reais e perigosos.

Poderíamos continuar arrolando itens de potencial efeito duplo.

Qual pode ser ainda a saída diante de um próximo impasse?

Dever-se-ia evitar o ressentimento dentro do PP. Vale a pena lembrar que ele surgiu como uma alternativa confiável para eventual aliança com o PDS. Isto não diminui o PP. Todo político almeja naturalmente o poder. O PP não é exceção. Só que terá de saber o que vai fazer com ele. Mas isto seria assunto pós-eleição. Em fim, que o PP não seja transformado num novo MDB, partido a que tudo era permitido, exceto alcançar o poder, com a exceção de toda a regra, neste caso no Rio de Janeiro.

Também o PMDB não deveria ser empurrado ainda mais para fora, isto é, no quadro atual, ainda mais para a esquerda. Estes dois movimentos, distanciando-se mu-

tuamente acabariam gerando um vácuo no centro, situação ideal para os extremismos.

Toda abertura representa uma opção, irreversível a partir de certo ponto e com sua inevitável dose de perigo. Ninguém de bom senso imagina sequer afastar-se do centro, definido como a continuação dos atuais projetos econômicos dentro dos mesmos parâmetros administrativos, com correções prudentes em nível social.

É natural que a maioria dos partidos se assemelhe nas democracias representativas. A discussão eleitoral termina recaindo mais sobre como e quando realizar coisas aproximadas ou mesmo iguais. A vantagem está na possibilidade de controle recíproco na execução das metas antigas e principalmente na fixação das novas. O sistema decisório democrático costuma apresentar mudanças muito lentas. É o regime por excelência do gradualismo. Quando ele se vê negado, o tempo perdido termina irrompendo para recuperar-se velozmente, gerando desequilíbrios compensadores mas dolorosos.

Em síntese, as medidas deveriam evitar prudentemente tanto antagonizações irreversíveis, quanto o risco maior do "tudo ou nada".

O problema está na dificuldade de comunicação, que vem da primeira Constituinte dissolvida já por Pedro I, que preferiu outorgar uma Constituição, dificuldade ora agravada porque vai além da polaridade Executivo-Legislativo. Atinge os partidos dentro do Legislativo e principalmente aprofunda o fosso entre o Estado e as instituições intermediárias da nação: órgãos de classe, patronais e de empregados, e de profissionais liberais; igrejas; associações em geral. Parece que o Estado passa a desconfiar que qualquer contato pareça concessão e esta aparente capitulação.

Aceito o pressuposto de que também deve haver espaço para os conservadores, centro-direita ou outro nome que se queira dar-lhes numa democracia representativa, só pode significar um sério prejuízo o potencial esvaziamento do próprio PDS num jogo decisivo.

Quando ocorreu a crise dos misseis entre Estados Unidos e União soviética, a propósito de Cuba, Kennedy teve o cuidado de deixar a porta entreaberta para um recuo honroso de Kruchov. Mal comparando, isto vale para o Brasil atual. Todos merecem ter sua saída de emergência para evitar a confrontação. Guerra é política por outros meios, verdade repetida porém esquecida com frequência.